

Exército quer controlar as PMs

ZENAIDE AZEREDO

O Exército não só quer continuar responsável pela segurança interna do País, como reivindicará aos constituintes o direito de manter as polícias militares como forças auxiliares nessa missão específica. O controle e a coordenação das PMs pelo Exército foram obtidos através de decreto assinado pelo ex-presidente Costa e Silva, no auge da repressão do governo aos movimentos de esquerda, em julho de 1969.

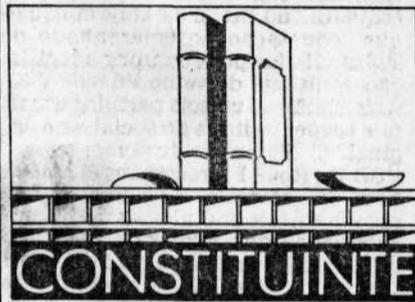
Essa posição da força terrestre, aplaudida por alguns comandantes de PMs, como o do Distrito Federal, coronel Hugo Guimarães, e criticada por patentes mais baixas da corporação, será outro dos temas polêmicos da Constituinte, uma vez que nem mesmo os ex-governadores, hoje exercendo mandato parlamentar, têm parecer idêntico sobre a questão.

Assim, enquanto os senadores Agripino Maia (ex-governador do Rio Grande do Norte), do PFL, e Maurício Correa (candidato a governador do DF, caso haja eleições diretas), do PDT, advogam a subordinação das polícias militares aos governos estaduais, sem vínculo com o Exército, os senadores Wilson Martins (ex-governador de Mato Grosso do Sul), eleito pelo PMDB, e Jarbas

Passarinho (ex-governador do Pará), eleito pelo PDS, defendem a mesma causa do Exército, a manutenção das PMs como força auxiliar na defesa interna.

OS MOTIVOS

Tais paradoxos são justificados de várias maneiras. Para o Exército, as polícias militares, além de operarem como reserva da força, para o caso de guerra externa (medida prevista constitucionalmente, desde 1934), funcionam, na guerra interna, como um termômetro quanto à medida exata de cálculo para garantir a intervenção das tropas federais. Ou seja, na primeira instância de um distúrbio interno, envolvendo geralmente questões ideológicas, o controle e a repressão cabem à Polícia Militar, cuja incompetência e inoperância no trato desses manifestantes



CONSTITUINTE

desencadeará automaticamente a intervenção do Exército.

Embora à primeira vista o limite entre a atuação de um e de outro se subordinem a uma análise subjetiva, seja do comandante da PM ou do governador do Estado (a quem cabe a responsabilidade de encaminhar o pedido de intervenção do Exército), os principais envolvidos têm noção absoluta de suas responsabilidades. Isso porque, conforme esclareceu o Exército, a Inspeção Geral das Polícias Militares, criada em 1969, é responsável por instrução, efetivo, armamento e organização das PMs.

Os policiais militares sabem até que ponto devem atuar sem a participação de suas tutoras — segundo a IGPM, até as raias da guerra civil, ou, conforme o comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, coronel Hugo Guimarães, até onde a PM "conseguir segurar". De qualquer forma, tanto o Exército quanto a PM concordam plenamente quanto à necessidade de ambas as forças evitarem o desgaste do Exército na manutenção dessa segurança interna, sem, contudo, dele retirar a atribuição de ingerência na questão.

A POSIÇÃO PARLAMENTAR

Na verdade, de acordo com a legislação vigente, além de nomear os comandantes da PM (com o aval do

Exército), cabe ao governador do Estado destinar todos os meios financeiros necessários à sobrevivência e ao aparelhamento da corporação.

E quando se acusa a PM de estar mal-aparelhada para controlar tumultos, a responsabilidade fatalmente é imputada ao governador. Contra essa dupla subordinação se levanta a voz de alguns constituintes, argumentando que a PM acaba sendo manipulada pelo Exército.

O senador Maurício Correa, do PDT, defende a autonomia federativa, enquanto Wilson Martins, do PMDB, acha que o Exército garante a disciplina e a hierarquia dentro da PM. Considera ele, em contrapartida, que a polícia de seu Estado reivindica o direito de ter uma secretaria própria, eliminando assim a figura do secretário de Segurança, uma tese colocada em prática pelo governador do Rio de Janeiro.

Já o senador Jarbas Passarinho, militar da reserva e ex-governador do Pará, acha que o texto constitucional deve, antes de mais nada, distinguir os tópicos inseridos na defesa interna, tanto os da atribuição das Forças Armadas como da Polícia Militar. Para as primeiras fica a responsabilidade pela ordem constitucional e pelas instituições, bem como a manutenção da integridade da Federação.

Sarney também defende sistema parlamentarista

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O parlamentarismo seria ótimo, assim a responsabilidade das crises ficaria com o Congresso e não apenas comigo." A opinião, do presidente José Sarney, foi transmitida recentemente ao senador Affonso Arinos, e não é a única em defesa da mudança do sistema de governo no País. Diversas pesquisas realizadas demonstram que, pelo menos teoricamente, 60% dos 559 constituintes são favoráveis a alguma variante do parlamentarismo.

"Defendemos o parlamentarismo e temos um projeto para isso na Constituinte, mas ele só vingará se houver um entendimento harmônico com o Executivo, passando pelo presidente Sarney", afirma o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi. "Também defendo o parlamentarismo, mas não de forma casuística, para superar uma eventual crise, como aconteceu em 1961 com a renúncia de Jânio Quadros e o veto militar a João Goulart", diz o líder do PMDB, deputado Luiz Henrique. "Sou parlamentarista, mas será este o momento?", pergunta o senador do PMDB paulista Mário Covas.

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, saiu na semana passada de uma audiência com Sarney defendendo um parlamentarismo "à francesa", com o presidente eleito diretamente em 1990. Proposta inusitada foi levada pelo deputado Victor Faccioni (PDS-RS) ao Palácio do Planalto, logo no início do governo Sarney: ele queria que os seis anos de mandato do presidente terminassem com dois anos de parlamentarismo. "Ele ouviu, me olhou,

me olhou de novo e acabou não respondendo nada", relembra Faccioni, secretário-geral da Frente Parlamentarista do Congresso.

Os comunistas também são parlamentaristas. O PC do B e seus cinco deputados já têm até publicado seu projeto, que consiste em um "governo de co-responsabilidade". O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) explica: o presidente da República eleito pelo voto direto, um Congresso sem Senado, o primeiro-ministro indicado pelo presidente após consulta aos presidentes dos partidos, levando em conta a maioria parlamentar. Já o PCB pretende um parlamentarismo misto, argumentando que o presidencialismo só gera crises e golpes.

Inspirados nos planos presidencialistas de Leonel Brizola, os 24 constituintes do PDT não querem nem ouvir falar em parlamentarismo. Os 15 do PT ainda não firmaram posição, embora o deputado José Genoíno afirme que a maioria da bancada é presidencialista. "O parlamentarismo apenas luta pela conservação dos interesses conservadores", diz ele.

Na condição de presidencialistas, os ministros Aureliano Chaves e Marco Maciel não se sentem atraídos pelo parlamentarismo, embora o chefe da Casa Civil já tenha afirmado que é necessário a "equipotência de poderes", uma espécie de igualdade de mando para o Executivo, Legislativo e Judiciário. A questão ainda divide o PFL, com o senador Carlos Chiarelli defendendo que a mudança do sistema de governo deve começar com a instituição do voto distrital misto e ter eleição direta para a Presidência da República.

O poder moderador

O parlamentarismo nasceu no Brasil com a idéia do Poder Moderador, na Constituição de 1824. Mas logo foi esquecido e o País caiu, na prática, no presidencialismo, com o período de regência. Em 1843, D. Pedro II, menino, dá ao Marquês do Paraná o poder de escolher o ministro.

O Império ganhava um chefe de governo. Só quatro anos depois a figura do presidente do Conselho de Ministros é criada por lei. Em 1868, o senador Nabuco de Araújo, na reunião do Conselho de Estado, desa-

fiou o Imperador: "O rei reina mas não governa".

Com a República mudou tudo e o País adotou um presidencialismo "à americana", só interrompido em 1961 com a aprovação do parlamentarismo de emergência — que garantiu a posse de João Goulart no lugar de Jânio Quadros. Um ato casuístico, mas juristas como César Saldaña, Affonso Arinos e o ministro Paulo Brossard dizem que mesmo assim não foi um fracasso, já que "aquele parlamentarismo evitou uma guerra civil no País".